

Savannah não fez pedido de utilidade pública mas anuncia expropriações

Ministério do Ambiente não foi contactado pela concessionária da mina de lítio em Boticas. Proprietários recusam receber cartas da empresa



Povoação de Covas do Barroso recebeu cartas com anúncio de expropriação

Augusto Correia
acorreia@jn.pt

INDÚSTRIA A Savannah notificou proprietários em Covas do Barroso da intenção de avançar com expropriações de terrenos para a exploração de uma mina de lítio. As cartas chegaram entre as festas de Natal e Ano Novo, distribuídas pelo carteiro num sábado de manhã, e a grande maioria foi recusada.

Os proprietários foram notificados da “resolução de expropriar e da proposta a título de aquisição”, lê-se numa comunicação da empresa a que o JN teve acesso. Uma deliberação da Savannah Lithium Unipessoal, de 11 de dezembro, que aprovou “o mapa de expropriações” e a requisição “com caráter de urgência” da declaração de utilidade pública, essencial ao avanço de qualquer processo de expropriação. No entanto, segundo fonte do Ministério do

Ambiente, não deu entrada até ao momento qualquer pedido de declaração de utilidade pública por parte da Savannah. Por norma, um pedido destes pode demorar até 60 dias úteis a ter resposta.

SERVE PARA AMEDRONTAR “A intenção destas cartas é amedrontar as pessoas, a ver se aqueles que estão indecisos vendem”, reagiu a presidente do conselho diretivo da Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso, Aida Fernandes. Lembrando que os baldios não podem ser vendidos e só podem ser expropriados por proposta do Conselho de Ministros, sublinhou que “o povo é soberano” e vai decidir que resposta dar.

No documento, a empresa diz que os proprietários têm 30 dias para se pronunciarem. Em caso de recusa, terão de ser contactados com nova oferta, havendo declaração de utilidade pública.

“A empresa está a tentar encurtar prazos”, observa José Miguel Pinho, especialista em direito administrativo. “No fundo, está a antecipar uma situação para a qual falta o pressuposto mais basililar porque sabe que se chegar a acordo esse pressuposto vai existir”, acrescentou o advogado do escritório RBMS, no Porto, explicando, em traços gerais, o processo de expropriação, segundo a Lei 168/99, de 18 de setembro.

O primeiro passo é a declaração de utilidade pública, que só pode ser atribuída pelo Governo. “Um ato administrativo e pode ser impugnado”, esclareceu José Miguel Pinho. “Os particulares podem opor-se, quer à utilidade pública, quer à decisão de expropriação, quer ao valor atribuído”, acrescentou.

O JN questionou a Savannah, na quinta-feira, mas até ao fecho desta edição não obteve resposta. ●

LISBOA

Caso do Barroso levado a fórum de povos indígenas

A associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso participa, hoje, no fórum Raízes do Futuro. Com entrada gratuita, no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa, vai reunir, a partir das 11 horas, líderes indígenas, académicos, cineastas, ativistas e especialistas em direitos humanos e meio ambiente.

“Este diálogo local global vai também incluir representantes da comunidade de Covas do Barroso, profundamente afetada pela corrida ao lítio”, lê-se no anúncio do evento, promovido pela Azimuth World Foundation. “Esta participação destaca como os desafios enfrentados pelas comunidades locais em Portugal se cruzam com as lutas globais dos povos indígenas e promete enriquecer a nossa compreensão sobre os impactos da transição energética em comunidades tradicionais e sobre formas de resistência comunitária”, argumenta.

Baldios estão na mira de investimentos milionários

Federação revela interesse de grandes grupos por projetos florestais e de exploração mineira

Glória Lopes
locais@jn.pt

TERRENOS Grandes grupos empresariais nacionais e estrangeiros “têm um apetite cada vez maior” pelos terrenos baldios para fazer investimentos na área florestal ou exploração mineira, alertou ontem, em Bragança, a Baladi - Federação Nacional dos Baldios, que defende que a solução “deve passar pelas comunidades”.

“São empresas que procuram grandes áreas e que, na fragilidade dos baldios, encontram uma oportunidade para explorar desde minerais, eólicas e outros recursos nesses terrenos. Às vezes, o que parece um grande negócio tem muita coisa por trás”, alertou Pedro Gomes, diretor da Proteção Nacional dos Baldios da Baladi, sublinhando a importância “de as comunidades estarem atentas para perceberem o que está em causa quando negociam com grandes empresas”.

No país existem mais de 550 mil hectares de terrenos baldios, que são áreas comunitárias, dos quais 50% estão localizados no

Norte, onde estão inseridas áreas protegidas. “Há casos de concelhos em que 60% a 70% da área é baldio”, lembrou Pedro Gomes, defendendo a necessidade “de melhorar a informação que as comunidades dispõem para poderem gerir melhor estes territórios”.

PARA ONDE VÃO OS LUCROS

Outro problema prende-se com a ideia de que os baldios são terrenos abandonados, mas Pedro adverte que “não o são”, porque pertencem às comunidades rurais, “onde há muita gente que depende deles economicamente para a agricultura”, afirmou.

Os lucros provenientes dos baldios “devem ser investidos em prol das comunidades e não pode ser distribuída individualmente, porque a Lei dos Baldios é clara nisso”, frisou Pedro Gomes. “Temos associações de baldios que investem bastante na floresta e na parte social. As receitas dos baldios estão a servir, sobretudo, para compensar e complementar aquilo que o Estado não tem capacidade de fazer”, garantiu. ●



Um terreno baldio com pinheiro-bravo, em Boticas